

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à Revista do CEAM o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista. Fonte:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/20241>. Acesso em: 4 fev. 2022.

Referência

SILVA, André Ribeiro da; MORAES, Jackeline Fátima de. A educação inclusiva e seus obstáculos na instituição escolar. **Revista do CEAM**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 69-75, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3561189. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/20241>. Acesso em: 4 fev. 2022.

A educação inclusiva e seus obstáculos na instituição escolar

André Ribeiro da Silva

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de
Brasília – UnB, Brasil
andreribeiro@unb.br

Jackeline Fátima de Moraes

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
revistaceam@unb.br

DOI: <https://www.doi.org/10.5281/zenodo.3561189>

Resumo

O objetivo deste estudo foi descrever os obstáculos da educação inclusiva nas na rede pública de ensino do Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura. Os critérios de inclusão foram artigos científicos publicados na língua portuguesa, que retratasse a educação inclusiva. Conclui-se que a educação inclusiva ainda necessita de políticas públicas mais sólidas voltadas para esse público e que realmente contemple todos os alunos com necessidades educacionais especiais do Brasil.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Necessidades educacionais especiais; Obstáculos.

Inclusive education and its obstacles in the school institution

Abstract

The purpose of this study was to describe the obstacles to inclusive education in the public school system in Brazil. The methodology used was the literature review. The inclusion criteria were scientific articles published in the Portuguese language, which portrayed inclusive education. It is concluded that inclusive education still needs more solid public policies aimed at this public and that really contemplate all the students with special educational needs of Brazil.

Key words: Obstacles; School Inclusion; Special Educational Needs.

La educación inclusiva y sus obstáculos en la institución escolar

Resumen

El objetivo de este estudio fue describir los obstáculos de la educación inclusiva en las en la red pública de enseñanza del Brasil. La metodología utilizada fue la revisión de literatura. Los criterios de inclusión fueron artículos científicos publicados en lengua portuguesa, que retratasen la educación inclusiva. Se concluye que la educación inclusiva aún necesita de políticas públicas más sólidas llevadas para ese público y que realmente contemple todos los alumnos con necesidades educacionales especiales del Brasil.

Palabras clave: Inclusión escolar; Necesidades educacionales especiales; Obstáculos.

1 Introdução

A educação, como uma prática social, dentro de um contexto sócio-econômico-político, não é uma atividade neutra. Quando realizada de modo subserviente ao atual modelo hegemônico, caracterizado pela primazia absoluta da competitividade e lucratividade, reproduz e reforça a exclusão social. Contudo, quando resiste e subverte a escala de valores predominantes, a prática pedagógica passa a ser um fator de mudança extremamente eficiente. Essa mudança traz benefícios para todos e contribui para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos, em todos os níveis (BRASIL, 2006).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem – Tailândia, no ano de 1990, e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), firmada na Espanha em 1994, marcam, no plano internacional, momentos históricos em prol da Educação Inclusiva. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (BRASIL, 1988), o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999) são exemplos de documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação.

Os sistemas de ensino devem prover e promover mudanças em sua organização, a partir do projeto político pedagógico das escolas de modo que possam oferecer um atendimento educacional com qualidade a todas as crianças, eliminando barreiras atitudinais, físicas e de comunicação (BRASIL, 2006).

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular é uma temática que tem obtido destaque em vários fóruns internacionais de educação (DE CARVALHO, 1994).

É na consideração de um novo contexto escolar, com a inclusão de todos os alunos, inclusive de alunos com necessidades especiais, que novos olhares poderão ser direcionados a todos os sujeitos, com o devido entendimento de sua totalidade, com a reflexão da bagagem histórica da comunidade na qual está inserido e, essencialmente, ao vê-lo como uma pessoa ativa e participativa (GOMES; REY, 2007).

Os últimos censos indicam expressivo aumento no número de alunos especiais matriculados no Ensino regular. Em 2007, a maioria (53,2%) desse alunado frequentava classes especiais e escolas exclusivas. Em 2013, do total de 843.342 matrículas de alunos especiais, apenas 23% deles foram matriculados em espaços segregados, sendo que 77% foram inseridos em classes comuns (BRASIL, 2014).

Diversos são os obstáculos encontrados no processo de Educação Inclusiva no Brasil. Alguns municípios e cidades não tem sequer condições mínimas básicas para aulas regulares, no quesito infraestrutura física, material didático, formação e qualificação dos professores, dentre outros.

Estas cidades que possuem pouco investimento, não se isentam de possuir alunos com necessidades educacionais especiais. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste estudo foi descrever as publicações científicas sobre os obstáculos encontrados na educação inclusiva do Brasil.

2 Metodologia

Foi realizado um estudo do tipo revisão de literatura, sendo um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática (SILVEIRA; GALVÃO, 2005). Botelho, Cunha e Macedo (2011) enfatizam que o método de revisão integrativa pode ser “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e da educação”, pelo fato de ele viabilizar a capacidade de sistematização do conhecimento científico, de forma que o pesquisador aproxime-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre sua produção científica para conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar possíveis oportunidades de pesquisa (ANIMA, 2014). Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da Capes, por meio do acesso remoto ao conteúdo assinado, a partir do acesso CAFe – Comunidade Acadêmica Federada, provido pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para instituições de ensino federadas. Neste estudo, foi utilizado o acesso pela Universidade de Brasília. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos na íntegra que retratassem a temática referente à educação inclusiva, e artigos publicados e indexados no referido banco de dados entre os anos de 1978 e 2016. Foram utilizados, para a busca dos artigos, os seguintes descritores na língua portuguesa: “Educação Inclusiva”.

3 Resultados e discussões

Diversas pesquisas científicas comprovaram que as exclusões muitas vezes estão relacionadas a fatores pedagógicos:

- Alves e Duarte (2013) fizeram uma pesquisa com percepção subjetiva dos alunos com deficiência sobre a exclusão nas aulas de educação física e concluíram que a exclusão muitas vezes está relacionada a falta de adaptação das aulas, isolamento social e sentimento de inferioridade. Isso comprova que o professor deve trabalhar de forma bem perceptiva para diagnosticar esses pequenos problemas que podem ser resolvidos exclusivamente com a sua praxe pedagógica.

As expectativas de alguns professores de educação física relacionadas à inclusão escolar estão voltadas ao rendimento esportivo e ao desenvolvimento motor “normal”, pois na prática docente eles tem dificuldades em reconhecer as diversas respostas dos alunos com deficiência, alegando não haver resultados ou haver resultados mínimos na inclusão (SOUZA; PICH, 2013).

Mori (2016) afirma que ainda sabemos pouco sobre como lidar com os alunos com transtorno na escola. Sob o prisma do desenvolvimento mediante o ensino, podemos avançar para além da educação como direito e estabelecer bases mais transformadoras para os estudos e as práticas pedagógicas com esse alunado. A autora afirma que o aluno com transtornos aprende, o aprendizado transforma o seu desenvolvimento e o seu lugar é na escola comum.

Uma pesquisa realizada em 2015 com professoras de um município do Rio Grande do Sul afirma que as práticas desenvolvidas na sala de recursos multifuncional têm se voltado com maior ênfase para o atendimento clínico-terapêutico e, dessa forma mais incipiente, para o atendimento pedagógico. As autoras ainda afirmam que hoje é visível o aumento de críticas com relação à homogeneização das escolas de ensino regular, porém, a heterogeneização proposta pelos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado parece ter como referência as incapacidades do aluno, aquilo que ele não conseguiu desenvolver, aquilo que falta (SCHERER; DAL'IGNA, 2015).

Alguns obstáculos também estão relacionados a problemas de infraestrutura física e instrumental, visto que várias instituições públicas de ensino no Brasil não atendem as normas NBR 9050/2004 (ABNT, 2004) e Portaria nº 3284/2003 (BRASIL, 2003). Um estudo realizado sobre a acessibilidade de uma biblioteca em uma instituição pública federal demonstra que as instalações em geral não atendem a estas normas e portaria, como exemplo: ausência de computador com teclado em Braille, a falta de um funcionário intérprete em Libras, e outros problemas que contraria o acesso pleno aos alunos com necessidades educacionais especiais (GUERREIRO *et al.* 2015).

A autora Teixeira (2014) aponta alguns problemas sobre educação inclusiva em seu estudo: 1. O ensino e aprendizagem através da educação digital enfrentam também dificuldades comuns na educação inclusiva, como falta de profissionais habilitados para a formação dos alunos com deficiência. 2. Esse reflexo é do próprio desinteresse da sociedade em relação a temática acessibilidade. 3. Os altos custos são também entraves para a inclusão digital, referindo-se aos softwares adequados. 4. A insuficiência de renda por parte de alguns alunos também é um fator que também contribui para a exclusão digital.

Os alunos em situação de inclusão pelas escolas podem não ser vistos pelos seus pares como colegas, porque serem diferentes. As diferenças podem não só afastá-los do “Tipo psicológico ordinário” (COSTA, 1984), como torná-los um grupo que é excluído da trama das relações sociais escolares. As deficiências ou os problemas de desenvolvimento de alguns dos alunos considerados em situação de inclusão nas escolas podem ser generalizados pelos colegas tomando-se a parte pelo todo (AMARAL, 1998), a ponto de torna-los marginalizados, excluídos ou invisíveis.

Um estudo realizado em 31 escolas municipais em São Paulo constatou que a função social esteve comprometida em todos os grupos de deficiência, sendo mais acentuada nas crianças com deficiência global do desenvolvimento, síndrome de Down e síndromes genéticas, demonstrando que a presença da deficiência compromete de forma significativa o processo de inclusão. A utilização de instrumentos (como exemplo

o PEDI – Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidades) que possam identificar limitações individuais visando ao direcionamento de intervenções da parte da escola e da família podem ser úteis no acompanhamento dessas crianças (TELES; RESEGUE; PUCCINI, 2013).

Ainda são escassos os estudos sobre educação inclusiva no ensino superior e principalmente na Saúde e na Enfermagem. Para que ocorra a inclusão, são necessárias transformações no sistema escolar e nas atitudes relacionadas ao respeito, à aceitação das diferenças e discussões sobre preconceito e estigmas (FARO; GUSMAI, 2013).

Realça-se a necessidade da formação de professores para o desenvolvimento de uma pedagogia mais inclusiva que contemple a flexibilidade curricular e metodologias de ensino diversificadas. Nota-se ainda a necessidade da reestruturação do currículo do componente curricular de EF adotando um caráter menos competitivo, mais flexível e solidário. Mas só uma estreita cooperação entre todos os envolvidos pode fomentar na escola uma cultura cada vez mais inclusiva, possibilitando o desenvolvimento integral de todos os alunos (MARTINS, 2014).

4 Considerações finais

A educação inclusiva no Brasil ainda é escassa em diversos estados e municípios, visto que determinados alunos com necessidades educacionais especiais, quais não possuem habilidades e ritmos suficientes para acompanhar uma turma de “ritmo normal”, necessitam não somente de serem incluídos em uma escola regular, as quais muitas não possuem sequer condições mínimas e profissionais especializados para conduzir a intervenção pedagógica, mas serem inseridos em um ambiente que proporciona realmente a sua participação e relação com alunos regulares, apoiados em recursos físicos, materiais e pedagógicos adequados, que proporcionem o correto desenvolvimento deste processo.

A educação inclusiva é um processo complexo, envolvendo diversas esferas (governo, família, professores, gestores educacionais, coordenadores de setores...). Neste sentido, o Estado deve realizar uma melhor distribuição e fiscalização mais eficaz dos recursos financeiros, para capacitação de profissionais e construção de salas e escolas apropriadas para estes alunos, a família dos alunos precisam ter uma relação estreita com as escolas para acompanhar este processo, além de fiscalizar e cobrar do Estado o que a Constituição assegura sobre os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, os professores devem buscar capacitação docente constante em educação inclusiva e fazer estudos de casos de seus alunos, os gestores e coordenadores de setores das escolas devem estar em estreito contato com todo esse processo para acompanhar a evolução do trabalho realizado.

Os softwares livres podem ser uma oportunidade para a educação inclusiva digital, por não ter custos e pela facilidade de compartilhamento.

Percebe-se em estudos sobre educação inclusiva que alguns pesquisadores não possuem vivências práticas pedagógicas com alunos com necessidades educacionais especiais mais severas, visto que a discussão deles sobre estes alunos em escolas regulares, os quais necessitam de atendimento individualizado e sala própria, não condiz com a realidade da tese em questão. Portanto, no contexto da educação regular

pública do Brasil, o fator infraestrutura física e pessoal para a educação inclusiva é ainda muito carente e deficitário e exige mais pesquisas experimentais com alunos com necessidades educacionais especiais mais severas, os quais necessitam de cuidados e atendimentos mais específicos e diferenciados.

Referências

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. **A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência.** Movimento, v. 19 n. 01, p.117-137, 2013.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceito e sua superação. In: J. G. Aquino (Org.), **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** p. 11-30. São Paulo: Summus, 1998.

ANIMA, G. E. **Manual revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências.** Belo Horizonte: [s.n.], 2014. p. 63.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:2004 acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. D. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 1-16, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: novembro, 2016.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência física.** Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2014a). **Censo escolar da Educação Básica 2013: Resumo Técnico.** Brasília, DF: MEC/INEP. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf> Acesso em: outubro, 2016.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no Ensino Superior.** Campinas: Unicamp, 2001.

COSTA, Jurandir Freire. (1984). Saúde Mental, produto da educação? In: COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise** (p. 63-78). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FARO, Ana Cristina Mancussi; GUSMAI, Luana de Fátima. Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 47, n. 1; p. 229-34, 2013.

GOMES, Cláudia; REY, Fernando Luis Gonzalez. Inclusão Escolar: Representações Compartilhadas de Profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 3, p. 406-417, 2007.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; PORTO, Odimar José Ferreira; CARDOSO, José Ribamar de Abreu; VALENTIM, Eliane Freitas; SILVA, Raele Coelho da. Acessibilidade na biblioteca do IFMA/Campus Manaus Centro. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 321-338, 2015.

MARTINS, Celina Luísa Raimundo. **Educação Física Inclusiva**: atitudes dos docentes. *Movimento*, v. 20, n. 2, p. 637-657, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Decenal de Educação para Todos – 1993 a 2003**. Brasília: MEC, 1993.

———. **Parâmetros Curriculares Nacionais-Adaptações Curriculares**, Estratégias para a Educação de Alunos com necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEE, 1999.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 1, p. 51-59, 2016.

SCHERER, Renata Porcher; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Professoras do atendimento educacional especializado: intervenção clínica ou pedagógica? **Acta Scientiarum. Education**, v. 37, n. 4, p. 415-425, 2015.

SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 276-284, 2005.

SOUZA, Gisele Cristina de; PICH, Santiago. **A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão**: a pesquisa-ação como caminho.

TEIXEIRA, Ana Paula Pydd. **Acessibilidade digital para a educação inclusiva**: desafios e oportunidades. *Diálogo*. n. 27, p. 97-107, 2014. *Movimento*, v. 19, n. 03, p. 149-169, jul./set. de 2013.

TELES, Fernanda Moreira; RESEGUE, Rosa; PUCCINI, Rosana Fiorini. Habilidades funcionais de crianças com deficiências em inclusão escolar – barreiras para uma inclusão efetiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 3023-3031, 2013.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. 1990. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicação/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso em: novembro, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.